

A ESCOLA, O ANALFABETISMO E A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA OBRIGATÓRIA NA PERSPECTIVA DE OLAVO BILAC

Ednilsa Carmen de Mendonça

Universidade Federal Fluminense - UFF

didiecm@yahoo.com.br

RESUMO

Esse trabalho é dirigido ao eixo temático Intelectuais e projetos educacionais e tem como objetivo ressaltar a imagem de Olavo Bilac como um intelectual da Educação na Primeira República, através do seu pensamento político e social sobre a escola, o analfabetismo e a instrução primária obrigatória. A intenção é problematizar o lugar que Bilac percebe a Educação naquele contexto histórico. Por exemplo, Olavo Bilac (1902), em artigo publicado no vespertino *A Notícia*, chama o Rio de Janeiro de cidade de analfabetos. Sua indignação maior, é o fato de que a instrução primária no Brasil não é obrigatória e que o Brasil, de todos os países da América é o que tem o maior número de analfabetos. Vemos Bilac como um intelectual mediador, segundo o conceito metodológico de Sirinelli (2003), na medida em que ele foi um ator político-social em várias frentes no campo da Educação, através de seus livros, artigos em jornais e inclusive com cargos de gestão pública na educação. No presente artigo, utilizaremos como fonte crônicas escritas e publicadas por Bilac em diferentes jornais da época como O Estado de São Paulo, A Notícia, A Gazeta de notícias e algumas de suas obras. Para dialogar com o intelectual, trazemos no texto autoras como Lilian Moritz Schwarcz (2019) e Dulce Pandolfi (2020) refletindo sobre as questões históricas relacionadas ao debate como a desigualdade social e as questões raciais. (SCHWARCZ, 2019) lembra que com a proclamação da República, a União passou a controlar o ensino secundário e o superior, enquanto que para os Estados, ficou a missão de abrir escolas primárias e cursos profissionalizantes: as escolas técnicas para os homens e as escolas normais para as mulheres. As teorias raciais, legitimadas pela ciência, tornarão esses espaços de possibilidade de mobilidade social, um impeditivo para os negros. Dulce Pandolfi (2020) enumera as razões estruturais para a desigualdade social no país: as razões históricas; as formas de rupturas; as formas que a sociedade brasileira incorporou os seus direitos e como construímos nossas narrativas histórica. Entendemos que Olavo Bilac compreende a Educação e principalmente, a instrução primária obrigatória no Brasil como fundamental para o desenvolvimento do país, contrariando as teorias raciais da época. Para o jornalista, a falta da obrigatoriedade da instrução primária, é substituída pela boa vontade, propaganda e coragem incansável dos professores.

Palavras-chave: Intelectuais. Educação. Analfabetismo

Em 2014, fomos para o arquivo da Academia Brasileira de Letras (ABL) e começamos a pesquisar todo o acervo do Olavo Bilac. A leitura nos jornais das crônicas de Bilac e seus discursos possibilitaram a descoberta de sua preocupação com a Educação no Brasil. Para ele, na contramão da ciência e do pensamento social da época, o atraso do Brasil não era resultado da miscigenação do povo:

No Brasil, há dois problemas capitais, de cuja solução depende exclusivamente o nosso destino de povo: o saneamento e a instrução. Sem o saneamento, não temos população, nem trabalho, nem riqueza; sem instrução, não teremos caráter, nem dignidade, nem ideal. (BILAC, 1904, O Estado de São Paulo)

Bilac defendia de forma imperativa em suas crônicas e discursos que a instrução primária obrigatória no Brasil era urgente, e constantemente chamava a atenção para o grande número de analfabetos no país. Dedicou, então, parte de sua vida à luta pela obrigatoriedade da instrução primária. Fez isso através de suas crônicas, sua obra (parte dedicada às crianças como livros de leitura adotados nas escolas), assumindo interinamente a direção do Pedagogium, em 1898 e como inspetor escolar do Distrito Federal, em 1899.

Percebemos Bilac como um intelectual mediador, segundo o conceito de Sirinelli. Nesse alargamento proposto sobre a ideia da categoria intelectual, pensando na questão da mediação cultural em seus diversos níveis, o intelectual é pensado não só como um criador/autor de ideias, dialogando ou não com os seus pares, mas também um “tradutor em sentido lato”, incluindo nessa categoria educadores e críticos (literatura, música, cinema, televisão) levando ao público o esclarecimento, à luz desses bens culturais (GOMES & HANSEN, 2016).

Vemos Bilac como intelectual mediador na medida em que ele foi um ator político-social em várias frentes no campo da Educação, através de seus livros, artigos em jornais e inclusive com cargos de gestão pública na educação. Para SIRINELLI (2003), não podemos ignorar a responsabilidade intelectual desses homens de letras e sua influência exercida. Mas devemos ter o cuidado de não passar pelo crivo das aprovações e condenações, não nos cabe aqui, um julgamento moral. "Há coisa melhor a ser feita. Sobretudo, tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época" (SIRINELLI, 2003, p.261).

Sobre Bilac

Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, jornalista, poeta, inspetor de ensino e um dos fundadores da ABL, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918.

Cursou até o 4º ano da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e depois a Faculdade de Direito de São Paulo por um ano. Poeta, prosador, cronista e jornalista, trabalhou em jornais como O Combate (jornal político), A Bruja (jornal ilustrado), A Cigarra (jornal ilustrado), Gazeta de Notícias e em A Notícia entre outros.

Dedicou-se ao jornalismo e à literatura, com participação ativa na política e em campanhas cívicas sendo a principal em favor do serviço militar obrigatório. É o autor da letra do Hino à Bandeira. Foi perseguido na ditadura de Floriano Peixoto, denunciado por desafetos como conspirador, escondendo-se na casa de Afonso Arinos, em Minas Gerais. Na volta ao Rio, foi preso.

Em 1891, tornou-se oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio de Janeiro. Em 1898, foi Inspetor escolar da instrução pública do Distrito Federal (cargo que trabalhou até se aposentar um pouco antes do seu falecimento). Foi delegado em conferências diplomáticas e em 1906 foi Secretário Geral da Terceira Conferência Pan-Americana. Em 1907 foi Secretário do prefeito do Distrito Federal, na gestão Souza Aguiar. Também foi Diretor interino do Pedagogium. Em 1916, fundou a Liga de Defesa Nacional.

É considerado um dos representantes do Parnasianismo brasileiro ao lado de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia. Para Campos (1959) foi o precursor da literatura infantil no Brasil.

A Primeira República

A Primeira República (1889/1930) nasceu com um golpe militar no Brasil. A monarquia foi deposta e o exército liderado pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, assume o governo e a presidência da república, iniciando o período em que os historiadores chamaram de "República da Espada" (1889/ 1894).

Mas a República desejada e discursada foi bem diferente da realizada. Segundo Starling,

Mas é possível identificar seu traço perverso: a República proclamada em 1889 era uma forma de governo conservadora, excludente e sem nenhuma sensibilidade para a questão social. Algo deu errado no nosso desejo de futuro. E os homens de letras estão aí para confirmar (STARLING, 2019, p.192).

A República que foi implantada, no primeiro momento, era autoritária e militar. Se ocupou com a construção de um imaginário republicano, elegendo heróis, bandeira e hino. Tentava despertar o sentimento de identidade republicano com o povo tão acostumado com a monarquia. Teve uma desastrosa política econômica (Encilhamento) que serviu para inflacionar a economia do país e se viu diante de revoltas que contestavam as suas políticas. A Constituição de 1891 foi excludente, considerando que instituiu o voto censitário, deixando as mulheres e os mais pobres de fora do exercício de cidadania, assim como os ex-escravos, recém libertos. Os negros, no pós-abolição, ficaram à margem dessa República sem nenhum projeto de inclusão social para os mesmos.

No segundo momento, veio o governo civil, a República Oligárquica (1894/1930) da elite agrária, que governou em benefício próprio, mantendo a ordem social, política e econômica vigente usando a força, com fraudes e acordos políticos que os perpetuavam no poder e excluía as possibilidades de reformas sociais. Os homens de letras irão manifestar seu pensamento crítico naquele contexto histórico brasileiro em seus livros, crônicas de jornais, poemas, discursos e inclusive ocupando cargos públicos administrativos.

A Educação será um dos objetos de reflexão de alguns intelectuais dessa República. Para eles, o progresso e o desenvolvimento do Brasil estão intimamente ligados a um projeto de educação. Neste texto, veremos a perspectiva de Olavo Bilac.

A escola e a desigualdade social

Segundo Schwarcz (2019), a desigualdade está enraizada no brasileiro de tal maneira, que ela se apresenta de diversas formas: desigualdade econômica e de renda, desigualdade racial, desigualdade de oportunidades, desigualdade de gênero, desigualdade regional, desigualdade de geração e desigualdade social, e ela está presente na moradia, educação, saúde, transporte e lazer.

Dulce Pandolfi (informação verbal)¹ enumera as razões estruturais para a desigualdade social no país: as razões históricas; as formas de rupturas; as formas que a sociedade brasileira incorporou os seus direitos e como construímos nossas narrativas históricas.

Para Pandolfi (informação verbal)², considerando as razões históricas, fomos uma colônia com forte teor comercial voltada para o mercado externo e de exploração. Essa forma de colonização, implicou no extermínio da população nativa e dos africanos escravizados. A escravidão também foi uma dessas razões, sendo que ela foi mais do que um sistema econômico, porque incorporou todas as profissões, ocasionando consequências sociais. Não se falava em acabar com escravidão em função da cidadania. O argumento era econômico.

Conforme Pandolfi (informação verbal)³, essas questões fortaleceram o latifúndio e a sua estrutura moderna. Direitos eram confundidos com benefícios. O coronelismo na Primeira República se fortalece com essa ideia. Em decorrência da escravidão e do latifúndio, surge o patrimonialismo, a absorção do público e do privado. Outra herança é uma Educação com altas taxas de analfabetismo no século XIX.

Olavo Bilac (1902), em artigo publicado no vespertino *A Notícia*, chama o Rio de Janeiro de cidade de analfabetos. Sua indignação maior, é o fato de que a instrução primária no Brasil não é obrigatória e que o Brasil, de todos os países da América é o que tem o maior número de analfabetos. Ele finaliza o artigo com o seguinte pensamento:

Eu não creio, como poetas românticos, que "abrir escolas" seja "fechar cadeias". Não! As cadeias também são necessárias, - quando não para outra coisa, ao menos para isto: para que nelas possam ser metidos os pais que teimam em não mandar os filhos às escolas... (BILAC, 1902, *A Notícia*).

Essa reflexão do Bilac é uma influência da forma como a obrigatoriedade escolar foi implementada na Suíça, que para ele, era um exemplo a ser seguido exatamente pelo fato do ensino primário ser obrigatório por lei:

¹ Fala da professora Dulce Pandolfi na disciplina Teoria I, no Programa de Pós-Graduação Em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), na aula do dia 22 de junho de 2020.

² Fala da professora Dulce Pandolfi na disciplina Teoria I, no Programa de Pós-Graduação Em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), na aula do dia 22 de junho de 2020.

³ Fala da professora Dulce Pandolfi na disciplina Teoria I, no Programa de Pós-Graduação Em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), na aula do dia 22 de junho de 2020.

Nesse país liberalíssimo, cuja organização é um admirável modelo de democracia e de justiça, ninguém tem o direito de ser analfabeto. Os pais são punidos pela malandrice dos filhos. Quando o aluno deixa de freqüentar a escola, um médico vai visitá-lo; e, quando se verifica que ele não está enfermo, o pai é obrigado a pagar uma elevada multa, além de pagar a visita do médico (BILAC, 1904, Gazeta de Notícias).

Segundo Bilac (1904), na Suíça, o pai que se descuida da instrução do filho é sujeito à multa e prisão. Ele destaca que 70% da população brasileira é analfabeta e que quanto ao analfabetismo adulto o governo é quase impotente:

Vivemos em um país que tem horror invencível ao substantivo obrigatoriedade e ao adjetivo obrigatório. Quando aqui se fala em ensino obrigatório, os positivistas bradam, os constitucionalistas se arrepelam, os sentimentalistas choram: todos veem nessa medida um atentado à liberdade individual... Como se fosse digno de ter liberdade, e como se ao menos pudesse compreender o que é liberdade, um homem que não sabe ler! (BILAC, 1996, p.178)

Bilac acreditava que o Estado é “tutor nato dos menores e dos loucos” (BILAC, 1904, Gazeta de Notícias). A resistência que havia em torno da obrigatoriedade era relativa à questão da liberdade de escolha. O Estado, para alguns, não teria o direito de obrigar os pais a colocar os filhos na escola. Para Bilac, “certas liberdades são piores do que a escravidão...” (BILAC, 1904). Segundo o autor,

“Obrigatória” ... A palavra é dura, e não falta quem se revolte contra o que ela exprime.

Mas há casos em que o respeito da liberdade individual é um absurdo. Tem alguém o direito de andar nu, pelas ruas? Ou de praticar atos indecentes na praça pública? Ou de esconder dentro do seu domicílio um caso de varíola ou de qualquer outra moléstia infecciosa? Pois o analfabetismo é também uma indecência, uma imoralidade, um perigo público.

Por causa dele, é que não há no Brasil estatísticas, nem eleições, nem dignidade cívica, nem sentimento de nacionalidade. (BILAC, 1902, A Notícia)

Bilac, no artigo, questiona os limites da liberdade individual refletindo sobre a possibilidade de escolha dos pais em deixarem os filhos analfabetos.

Para Schwarcz (2019), no nosso país, com uma passado escravocrata e estruturada concentração de renda, a Educação nunca foi um direito de todos. Embora não estivesse legislado, os escravizados e escravizadas não poderiam ser alfabetizados e a historiografia vem mostrando, que não se permitiu nem a eles nem a elas o acesso às letras até pelo motivo de evitar possíveis rebeliões. Chegaram aqui com um grande conhecimento do seu continente e

país de origem, porém, poucos puderam participar de forma regular de uma escola ou receber uma educação formal.

Bilac, que foi um abolicionista por influência de José do Patrocínio, em um discurso na Faculdade de Direito de São Paulo em 1915, revela a falta de um projeto de inclusão dos ex-escravos na sociedade:

Lembrae-vos que, se a escravidão foi um crime hediondo, não foi menos estúpido o crime praticado pela imprevidência e pela imbecilidade dos legisladores, dando aos escravizados apenas a liberdade, sem lhes dar o ensino, o carinho, o amparo, a organização do trabalho, a capacidade material e moral para o exercício da dignidade cívica. (BILAC, 1915, O Estado de São Paulo)

Assim como outros intelectuais da época, Bilac entendia que a abolição somente, não resgataria os escravizados do lugar social que aquela sociedade escravocrata reservou. Precisavam de terra, de educação, de saúde, de trabalho e todo o suporte necessário para começarem uma vida livre.

Pandolfi também lembra (informação verbal)⁴ que na passagem da escravidão para a liberdade, os escravos não foram incluídos socialmente, pelo contrário, fizeram uma política de embranquecimento. A população liberta ficou à margem da sociedade.

Com a Proclamação da República, a União passou a controlar o ensino secundário e o superior, enquanto que para os Estados, ficou a missão de abrir escolas primárias e cursos profissionalizantes: as escolas técnicas para os homens e as escolas normais para as mulheres. As teorias raciais, legitimadas pela ciência, tornarão esses espaços de possibilidade de mobilidade social, um impeditivo para os negros (SCHWARCZ, 2019).

Bilac, em seu artigo Matrículas Escolares (1904) em *A Notícia*, destaca que houve um aumento considerável no número de matrículas nas escolas públicas municipais: "Em 1893, a matrícula nas escolas públicas municipais foi de 11.099 alunos; dez anos depois, em 1903, foi de 26.707" (BILAC, 1904). Confessava que não estava satisfeito, sua expectativa era de 50 ou 60 mil e que tinha ciência do quanto era difícil convencer um pai analfabeto da necessidade de dar educação aos filhos, mas comemora dizendo que o número é uma bela vitória.

⁴ Fala da professora Dulce Pandolfi na disciplina Teoria I, no Programa de Pós-Graduação Em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), na aula do dia 22 de junho de 2020.

O autor relata, que a frequência de uma escola pública no Rio de Janeiro " só é obtida pelos professores à custa de um longo, paciente, persistente e pertinaz trabalho de conselhos, de pedidos, de propaganda inteligente e ativa" (BILAC, 1904). Ele complementa,

De professoras, sei eu, que, quando acabam, às duas horas da tarde, o seu trabalho diário, saem pelos bairros, em que residem, a arrebanhar alunos; e vão de casa em casa admoestando, aconselhando, pedindo, exortando. Esse aumento de 15.608 alunos em dez anos pode parecer insignificante aos que julgam sem conhecimento de causa: eu, porém, posso afirmar que ele representa um nobre e belíssimo trabalho, não só da administração, como do professorado. Se a instrução primária fosse obrigatória, - a missão do professor seria das mais leves e cômodas (BILAC, 1904, A Notícia).

Para o jornalista, a falta da obrigatoriedade da instrução primária, é substituída pela boa vontade, propaganda e coragem incansável dos professores. Ele revela que os professores acumulam tal tarefa de "arrebanhar alunos", batendo de porta em porta depois do expediente.

Considerações finais

A Primeira República ficou marcada na historiografia como um período histórico de promessas não cumpridas, de uma república que não veio. Excludente, elitista, racista e sem pretensões de reformas na estrutura social e econômica do país, ela nasce e vive de forma perversa para a maioria da população. A Constituição de 1891 representou um retrocesso em relação ao direito à educação, pois não mais garantia o livre e gratuito acesso ao ensino, garantido na Constituição de 1824.

Para muitos, o progresso e o desenvolvimento do Brasil estavam condicionados ao branqueamento do povo, seguindo as teorias raciais que, legitimadas pela ciência, diziam que o negro era inferior ao branco. Assim, a miscigenação do país seria um impedimento para tal progresso.

Em contrapartida, parte da intelectualidade brasileira não acreditava em tal teoria e condicionava o caminho para o desenvolvimento através da Educação, sendo o analfabetismo um problema a ser resolvido. Além disso, o alto índice de analfabetos no país, marcava a desigualdade social e econômica característica deste período.

Olavo Bilac foi um destes intelectuais que acreditavam que a Educação seria a solução para os problemas do país e o combate ao analfabetismo e a obrigatoriedade da instrução primária pública, o caminho a seguir.

Neste texto, procuramos trazer o olhar que Bilac tinha para a Educação. Para o intelectual, a Educação era vista de forma ufanista, como salvadora da pátria. Como se a educação sozinha, fosse resolver todos os problemas do país.

Como jornalista, escreveu diversas vezes em vários jornais sobre a sua preocupação com o alto índice de analfabetismo no país e como a solução seria tornar a instrução primária obrigatória. Escreveu livros de leitura que foram adotados nas escolas do distrito federal, viajava pelo país fazendo discurso em escolas e faculdades onde destacava a importância da educação, da escola e dos professores para o crescimento do país.

A Suíça era vista como um exemplo a ser seguido por ter tornado a instrução primária obrigatória. A França também foi citada em alguns artigos como um país que lê, independente da classe social e econômica, como no texto Paris lê, publicado em 1904, " O jornal entra na mais pobre água-furtada, no mais humilde casebre: e todos sentem aqui a necessidade de nutrir o cérebro" (BILAC, 1904, A Notícia). Ele ainda escreve no mesmo artigo:

...é uma satisfação encantadora verificar que não há talvez, nesta grande Paris, uma só criatura adulta que não saiba ler. O mais humilde, o mais rude dos trabalhadores parisienses compra e lê todos os dias o seu jornal, e sabe o que vai por este vasto mundo (BILAC, 1904, A Notícia).

O leitor percebe ao ler o artigo a crença de Bilac de que esse é o percurso que deve ser seguido no Brasil. Não há outro caminho, se não acabar com o analfabetismo no país. A escola era o lugar e a forma era a obrigatoriedade da instrução primária.

Bilac morre em 1918 sem ver sua luta se concretizar. Somente na Constituição de 1934, o ensino primário se tornará obrigatório e gratuito para garantir um maior acesso, durante a gestão no Ministério da Educação e Saúde Pública de Gustavo Capanema, que contará com o apoio e a colaboração de outros intelectuais da época, como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Anísio Teixeira, Heitor Villa-Lobos e Manuel Bandeira entre outros.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia**: Olavo Bilac. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia>. Acesso em: 4 jun. 2021.
- BILAC, Olavo. CIDADE DE ANALFABETOS. **A NOTÍCIA**. RIO DE JANEIRO, ano 1902, 2 fev. 1902.
- BILAC, Olavo. Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 1915.
- BILAC, Olavo. MATRÍCULAS ESCOLARES. **A Notícia**. Rio de Janeiro, ano 1904, 5 abr. 1904.
- BILAC, Olavo. OBRIGATORIEDADE DO ENSINO. **A GAZETA DE NOTÍCIAS**. RIO DE JANEIRO, ano 1904, 27 out. 1904.
- BILAC, Olavo. Paris lê. **A Notícia**. Rio de Janeiro, ano 1904, 15 jun. 1904.
- BILAC, Olavo. **Registro**: Crônicas da Belle Époque carioca. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BILAC, Olavo. **Últimas Conferências e Discursos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.
- BILAC, Olavo; DIMAS, Antônio (Org.). **Vossa Insolência**: Crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição, de 15 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 11 out. 2021.
- CAMPOS, Moacyr. Trindade Parnasiana: Olavo Bilac, Raimundo Correia e Alberto de Oliveira. **Revista do Professor**, São Paulo, n. 44, Março 1959.
- GOMES, Angela de Castro (Org.); HANSEN, Patrícia Santos (Org.). **Intelectuais mediadores**: Práticas culturais e ação política. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.
- OS INTELECTUAIS e o Estado: Ministério da Educação. Fundação Getúlio Vargas CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>. Acesso em: 11 out. 2021.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, outubro 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre O Autoritarismo Brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre (Org.); SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. Tradução de: Pour une histoire politique.

TEORIA e Educação I: Aula Unidade Sociedade, Democracia, Poder e Ciência. Paulo Carrano e Maria Ciavatta. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2020. Aula (2h49min17s). Disponível em:

<https://classroom.google.com/w/MzY2NDEwMTI5NTU5/tc/MzY2NDEzNDkxMjU3>.

Acesso em: 2 out. 2021.